

EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1145306 - BA (2017/0188545-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : ANTÔNIO EDSON ANDRADE SANTOS
ADVOGADO : RAMON WILLIAM MENDES BRANDÃO - BA042056
EMBARGADO : JOSELITO CORREIA COSTA
REPR. POR : ILZA SAMPAIO COSTA - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : FRANKLIN ROOSEVELT MOTA DOS SANTOS - BA002971
AGENOR AUGUSTO DE SIQUEIRA JUNIOR - BA008870

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE ANÁLISE DO MÉRITO DO APELO NOBRE. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. A análise do pano de fundo da controvérsia desenvolvida no apelo nobre ficou inviabilizada em razão da ausência de pressupostos de admissibilidade do agrado em recurso especial.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator